

## IMPACTO BIOENERGIA ALAGOAS S.A.

CNPJ/ME nº 28.620.879/0001-93 - NIRE 2730070074  
Fazenda São Mateus, s/nº, Zona Rural, CEP 57.265-000 - Teotônio Vilela, Alagoas

### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (em forma de sumário) REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2022

**I. Data, Hora e Local:** Aos sete de fevereiro de 2022, às 10:30 horas, na sede do **Impacto Bioenergia Alagoas S/A** ("Companhia"), na Fazenda São Mateus, s/nº, Zona Rural, CEP 57.265-000, Cidade de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas, reuniram-se os acionistas da Companhia. **II. Convocação e Presença:** Presente a Impacto Bioenergia Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com inscrição no CNPJ/ME sob nº: 33.629.276/0001-82, NIRE: 352355256958, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Canário, 296, 2º andar, Moema, CEP: 04521-001, detentora de 100% (cem por cento) das ações ordinárias com direito a voto, conforme assinaturas consignadas no livro próprio, sendo dispensada a convocação, na forma do art. 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"). **III. Mesa:** Presidente - Emílio Mario Fabri Rietmann; Secretário - Danilo Tadeu Trevisan. **IV. Ordem Do Dia:** (a) autorizar a realização, pela Companhia, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional ("Debêntures"), para colocação privada ("Emissão"); (b) autorizar a prestação e constituição de garantias reais no âmbito da Debêntures ("Garantias Reais"); (c) aprovar proposta de alterações e inclusões de novos termos e condições específicos no estatuto social da Companhia ("Estatuto Social") e sua consequente reforma; (d) autorizar os diretores da Companhia para, observado o disposto no Estatuto Social, praticar e celebrar todos e quaisquer atos e/ou negócios jurídicos, respectivamente, necessários e/ou relacionados às deliberações previstas nos itens (a) e (b) acima, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão e a contratação de prestadores de serviços exigidos pelos demais Documentos da Operação (conforme abaixo definidos); (e) aprovar ajustes formais e a consolidação do Estatuto Social; e (f) ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Emissão, conforme designada na Escritura de Emissão. **V. Deliberações, por Unanimidade de Votos dos Acionistas:** Tendo sido aprovada a lavratura presente da ata em forma de sumário, os acionistas da Companhia, sem qualquer ressalva ou restrição de qualquer natureza, tomaram as seguintes deliberações: (a) aprovar a realização, pela Companhia, da Emissão, a qual se insere no contexto de uma operação estruturada de securitização de créditos do agronegócio. As Debêntures serão emitidas por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, para Colocação Privada, de Emissão da Impacto Bioenergia Alagoas S.A." ("Escritura de Emissão") e servirá de lastro à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.773.542/0001-22 ("CRA" e "Securitizadora"), nos termos do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 25ª (vigesima quinta) Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Opea Securitizadora S.A., lastreados em Créditos do Agronegócio Devidos pela Impacto Bioenergia Alagoas S.A." ("Termo de Securitização") e da Instrução CVM nº 600/17, conforme alterada. Os CRA serão integralizados em volume equivalente à soma simples, não conversíveis em ações, da emissão prevista no procedimento de securitização. As Debêntures serão emitidas em condições, a serem detalhadas e reguladas na Escritura de Emissão; (i) **Número da emissão:** Esta será a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia; (ii) **Número de séries:** A Emissão será realizada em 1 (uma) única série; (iii) **Valor total da Emissão:** O valor total da Emissão, na Data de Emissão (conforme abaixo definido), é de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"); (iv) **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas até 50.000 (cinquenta mil) Debêntures na Data de Emissão. O Valor Total da Emissão poderá ser reduzido proporcionalmente considerando-se o número efetivo de CRA subscritos e integralizados, com o consequente cancelamento das Debêntures não subscritas e/ou integralizadas, a ser formalizado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, sem a necessidade de aprovação societária da Devedora, de Assembleia Geral da Securitizadora e/ou de Assembleia Geral de Titulares de CRA, para formalizar a quantidade de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas e o Valor Total da Emissão; (v) **Destinação dos recursos:** Os recursos captados por meio da Emissão serão utilizados pela Companhia para: (i) pagamento dos custos da Emissão; e (2) outras alocações definidas na Escritura de Emissão; (vi) **Colocação e procedimento de distribuição:** As Debêntures serão objeto de colocação privada e serão destinadas exclusivamente à subscrição e integralização pela Securitizadora; (vii) **Valor nominal unitário:** As Debêntures têm valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). O Valor Nominal Unitário ou seu saldo não será atualizado monetariamente; (viii) **Data de emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, as Debêntures serão emitidas em data definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); (ix) **Prazo e data de vencimento:** O vencimento das Debêntures ocorrerá em 2026, em data a ser definida pela Diretoria da Companhia ("Data de Vencimento das Debêntures"). Caberá à Diretoria da Companhia definir o prazo final e termos e condições das Debêntures e dos demais negócios jurídicos relacionados à Emissão. Na ocasião do vencimento, a Companhia obriga-se a proceder ao pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido do saldo da Remuneração (conforme abaixo definido), devidas, calculada e observada a ordem de imputação e a periodicidade previstas na Escritura de Emissão; (x) **Forma e comprovação de titularidade das Debêntures:** As Debêntures serão da forma nominativa e escritural e sua titularidade será comprovada pela inscrição da Securitizadora no Livro de Registro de Debêntures Nominativas da Companhia, físico ou eletrônico, nos termos da Legislação Aplicável, a qual será realizada, pela Companhia, na mesma data da celebração da Escritura de Emissão; (xi) **Conversibilidade e permutabilidade:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da emissão prevista no procedimento de securitização. As Debêntures não serão utilizadas para aquisição de bens móveis, de qualquer natureza; (xii) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória (fiança); (xiii) **Subscrição e integralização:** A subscrição das Debêntures será realizada pela Securitizadora no ato de celebração do respectivo boletim de subscrição anexo à Escritura de Emissão ("Boletim de Subscrição Debêntures"). A integralização das Debêntures dar-se-á à vista, em moda corrente nacional, posteriormente à sua subscrição, desde que cumpridas ou renunciadas certas as condições suspensivas de integralização dos CRA e das Debêntures estabelecidas no Termo de Securitização e na Escritura de Emissão; (xiv) **Preço de integralização:** Desde que cumpridas as condições suspensivas referidas em "xiii" acima e observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures serão integralizadas à vista, em moda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* até a data de pagamento do preço de integralização, por meio de transferência das respectivas verbas para conta corrente de titularidade da Companhia; (xv) **Registro para distribuição, negociação e liquidação financeira:** As Debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado; (xvi) **Direito de preferência:** Não há. As Debêntures serão subscritas e integralizadas em sua totalidade pela Securitizadora; (xvii) **Remuneração das Debêntures:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou seu saldo incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de *spread* (sobretaxa), com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"), definido de comum acordo entre a Diretoria da Companhia e a RB Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 89.960.090/0001-76, na qualidade de coordenador líder, e a FRAM CAPITAL DTVM S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.663.855/0001-25 (em conjunto, "Coordenadores"), no âmbito do procedimento de distribuição dos CRA objeto do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, da 25ª (vigesima quinta) Emissão, em Série Única, da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos do Agronegócio devidos pela Impacto Bioenergia Alagoas S.A." a ser celebrado entre a Securitizadora, a Companhia e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"); (xviii) **Amortização e Resgate do Devedor:** Os direitos de titularidade da Companhia em face do Banco de Desenvolvimento S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 62.232.889/0001-11 ("Banco de Desenvolvimento"), em razão do depósito de recursos financeiros e, conta corrente específica, de movimentação restrita, cedida fiduciariamente em favor da Securitizadora, mantida no Banco Depositário ("Conta Centralizadora Devedora"); (B) de direitos creditórios emergentes de contratos de compra e venda de açúcar das safras de 2023/2023, 2023/2024, 2024/2025 e 2025/2026 que atendam os critérios estabelecidos em instrumento específico de garantia e (C) de certificados de depósito ("CD") e/ou Certificados de Depósito Agropecuários ("CDA") e os respectivos Warrants Agropecuários ("WA") representando produtos depositados em armazém específico identificado nos Documentos da Operação. Adicionalmente, a Companhia anuirá aos termos e condições do "Instrumento Particular de Usufruto, Acordo de Voto, Gestão de Sociedade por Ações e Outras Avenças", a ser celebrado entre a acionista Impacto Bioenergia Participações Ltda. e a Securitizadora ("Contrato de Usufruto" e "Usufruto"); (ix) **Aquisição facultativa:** Nos termos da Escritura de Emissão, a Companhia renunciará sua faculdade legal de adquirir, total ou parcialmente, as Debêntures, nos termos do artigo 55, §3º da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da hipótese de Resgate Antecipado Facultativo total; (xvii) **Publicidade:** Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos titulares das Debêntures, serão publicados no "Jornal Gazeta de Alagoas" e no "Diário Oficial do Estado de Alagoas", na forma de aviso e quando exigido pela legislação, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76; (xviii) **Documentos da operação:** São, *inter alia*, em conjunto, conforme alterados, prorrogados e/ou aditados de tempos em tempos, (1) a Escritura de Emissão; (2) o "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Soqueira de Cana e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e a Securitizadora, com intervenção anuência de terceiros qualificados como parceiros subarrendatários; (3) cada "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Soqueira de Cana e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e a Securitizadora, com intervenção anuência da Seresta, ou, conforme o caso, outros signatários intervenientes anuentes; (4) o "Instrumento Particular de Contrato de Constituição de Garantia de Penhor Rural Agrícola e Mercantil", a ser celebrado entre a Companhia e a Securitizadora, dentre outros signatários, incluindo terceiros qualificados como parceiros subarrendatários; (5) cada "Instrumento Particular de Contrato de Constituição de Garantia de Penhor Rural Agrícola e Mercantil", a ser celebrado entre a Devedora e a Securitizadora, com a intervenção anuência da Seresta, ou, conforme o caso, outros signatários; (6) o "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Cessão Fiduciária Devedora"; (7) o "Contrato de Arrendamento", a ser celebrado entre a Companhia e a Securitizadora, com a intervenção anuência da Seresta, ou, conforme o caso, outros signatários; (8) os contratos de compra e venda de açúcar referentes às safras 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025 e 2025/2026, firmados ou a serem firmados entre a Companhia e compradores elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária Devedora; (9) os contratos de compra e venda de cana-de-açúcar firmados ou a serem firmados entre a Companhia e a Seresta, ou, conforme o caso, entre a Companhia e outros signatários, referentes às safras de 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025 e 2025/2026; (10) instrumentos jurídicos prevendo a prestação de serviços de monitoramento de lavours, depositário de açúcar e emissor de Certificados de Depósito e/ou CDA/WA", a ser celebrado entre a Devedora, a Securitizadora e a Control Union Warrants Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.237.030/0001-77 ("Control Union"); (11) o "Instrumento Particular de Prestação de Serviços de Administração de Conta Centralizadora Devedora", a ser celebrado entre a Companhia, o Banco Depositário e a Securitizadora; (12); o Contrato de Usufruto; (13) o "Boletim de Subscrição das Debêntures da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, para Colocação Privada, de Emissão da Impacto Bioenergia Alagoas S.A.", anexo à Escritura de Emissão; (14) os demais instrumentos celebrados ou a serem celebrados com os prestadores de serviço contratados no âmbito da Emissão; (15) cada instrumento jurídico celebrados com os prestadores de serviços exigidos pelos Documentos da Operação; e (16) os anexos de cada um dos supracitados instrumentos ("Documentos da Operação"); e (xviii) **Demais características:** As demais características das Debêntures estarão descritas na Escritura de Emissão. (b) aprovar a prestação das Garantias Reais; aprovar, em virtude da Emissão e da prestação das Garantias Reais, especialmente do Usufruto, as alterações no Estatuto Social a seguir previstas. (c) Aprovar alterações ao Estatuto: (i) alteração ao caput do art. 6º do Estatuto Social estabelecendo que a Diretoria da Companhia será destituída pela Assembleia Geral, sempre com observância ao disposto no Contrato de Usufruto: "Artigo 6º - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, por maioria de votos dos acionistas, sempre observado o disposto no Contrato de Usufruto (conforme abaixo definido) ("Diretores" e "Diretoria"); (ii) inserção de novo item "K" e outras alterações ao Parágrafo Único do art. 8º do Estatuto Social acrescentando, dentre as atribuições dos diretores da Companhia, a participação em "Reuniões Prévias" a obrigatoriedade dos termos condições de participação e o disposto no artigo 27 - E expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral (atar declaração de voto proferida em desacordo com o ajustado no Contrato de Usufruto. E também expressamente vedado à Companhia proceder à oeração de suas ações em desacordo com o previsto no Contrato de Usufruto. Parágrafo Primeiro: Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Lei nº 6.404/76, pelas leis e regulamentos específicos e demais normas da legislação pertinente e pela deliberação da Assembleia Geral, nas matérias que lhe caiba livremente decidir. Parágrafo Segundo: Observado o disposto no Contrato de Usufruto, qualquer conflito ou controvérsia entre os acionistas, decorrente do presente Estatuto ou a ele relacionado, incluindo, mas não se limitando, aos conflitos ou controvérsias relativos à a) interpretação de quaisquer dos termos deste Estatuto, e/ou b) execução das obrigações estabelecidas neste Estatuto, e/ou c) violação de qualquer dos termos e condições ora estabelecidos deve ser submetido ao foro da Comarca de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas, que será competente para conhecer e julgar tais conflitos ou controvérsias. Artigo 28 - As publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76 e/ou qualquer outra legislação aplicável deverão ser feitas no "Diário Oficial do Estado de Alagoas" e no "Jornal Gazeta de Alagoas". (d) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos em nome da Companhia necessários à formalização da Emissão acima deliberada, inclusive, mas não somente: (i) celebrar a Escritura de Emissão e os demais Documentos da Operação, sem prejuízo de outros cuja celebração venha a ser necessária para a consecução da Emissão e da operação estruturada, inclusive, na qualidade de interveniente anuente, o Contrato de Usufruto e o Contrato de Distribuição; (ii) aditar e/ou alterar quaisquer dos documentos e/ou quaisquer demais documentos que vierem a ser celebrados no âmbito da Emissão se necessários, independentemente de realização de assembleia geral, observados os ditames da Escritura de Emissão, inclusive, até a liquidação integral das Debêntures, após a sua celebração; (iii) negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, inclusive das, contratação de prestadores de serviços, incluindo, sem limitação, serviços de assessoria jurídica e financeira, seguros e/ou controladoria financeira, inclusive, até a liquidação integral das Debêntures, após a sua celebração; (iv) praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui substanciadas, definir e aprovar o teor dos Documentos da Operação e assinar os documentos necessários à efetivação da Emissão, inclusive, dentre outros, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante quaisquer órgãos ou autarquias perante os quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação da Emissão; e (v) ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima; (e) aprovar alterações formais no Estatuto Social de modo a ajustar seus termos e expressões à natureza societária da Companhia, qual seja a sociedade anônima fechada, e, em razão das deliberações tomadas neste item e no item "C" acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social, qual que integra a presente ata como "Anexo I"; e (f) aprovar e ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Emissão. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e solicitou a mim secretário que lavrasse esta ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes no Livro próprio. Certifico e dou fé que esta é cópia fiel da Ata lavrada no Livro próprio. Teotônio Vilela, Alagoas, 07 de fevereiro de 2022. Emílio Mario Fabri Rietmann - **Presidente da Mesa;** Danilo Tadeu Trevisan - **Secretário;** Impacto Bioenergia Participações Ltda. - **Acionistas.** JUCEAL - Certifico o Registro em 11/02/2022 sob o nº 20220076251. Protocolo 220076251 de 09/02/2022. Edvaldo Maiorano de Lima - Secretário-Geral. Anexo I - Estatuto Social da Impacto Bioenergia Alagoas S.A. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo - Artigo 1º - A Companhia tem a denominação de Impacto Bioenergia Alagoas S.A., sociedade anônima fechada, que se regerá pelo presente Estatuto, pela Lei nº 6.404/76 e demais normas legais aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem sua sede na Cidade de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas, Fazenda São Mateus, s/nº, Zona Rural, CEP 57.265-000, podendo estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional. Parágrafo Único: A Companhia tem sua filial na Cidade de Maceió, Estado de Alagoas, na Av. da Paz, 1864, Sala 703, Centro, CEP 57.020-440. Artigo 3º - A Companhia tem como objeto social: (a) produção, suprimento e comercialização de energia elétrica, por meio de implementação de usinas hidrelétricas, eólicas, solares, combustíveis renováveis; (b) Cultivo de cana-de-açúcar e outras variedades; (c) Produção e comercialização de bagaço de cana de açúcar; (d) Fabricação e comercialização de açúcar, etanol e derivados de cana-de-açúcar; e (e) Prestar serviços de intermediação de qualquer natureza, em especial para compra e venda de cana-de-açúcar e de etanol; (f) Prestar serviços de assessoria e consultoria em gestão empresarial; (g) Participar de outras sociedades, direta ou indiretamente; e (h) Produção e comercialização de biogás e biometano. Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações** - Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 16.594.000,00 (dezesseis milhões, quinhentos e noventa e quatro mil reais), dividido em 16.594.000 (dezesseis milhões, quinhentas e noventa e quatro mil) ações, sendo 13.594.000 (treze milhões, quinhentas e noventa e quatro mil) ações ordinárias e 3.000.000 (três milhões) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas, estando o valor de R\$ 13.894.000,00 (treze milhões, oitocentos e noventa e quatro mil reais) integralizado e o saldo de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) a ser integralizado até o dia 30 de dezembro de 2022 em moda corrente nacional, bens, créditos ou direitos do subscritor. Parágrafo Primeiro: As ações ordinárias são dotadas das seguintes características: (a) são nominativas e sem valor nominal; (b) têm direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas; (c) não têm prioridade na distribuição de dividendos, havendo lucros distribuíveis. Parágrafo Segundo: As ações preferenciais são dotadas das seguintes características: (a) são nominativas e sem valor nominal; (b) não têm direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral; (c) prioridade no recebimento de dividendos máximos, de valor equivalente à taxa de 2,5 % (dois e meio por cento) ao mês sobre o valor de emissão das ações; (d) direito a resgate das ações, pelo valor equivalente ao da sua emissão, a ser deliberado pela Companhia, no período máximo de 8 meses, contados da data da sua emissão, sem prejuízo da distribuição dos dividendos; e (e) prioridade em caso de reembolso de capital. Parágrafo Terceiro: As ações preferenciais poderão ser convertidas, a qualquer tempo, em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial. Parágrafo Quarto: Os acionistas estão autorizados a conceder avais e prestar outras garantias, inclusive caução de suas ações de emissão da Companhia, a contratos celebrados e operações de crédito realizadas pela Companhia, com a finalidade de desenvolver o seu objeto social. **Capítulo III - Da Diretoria e suas Atribuições** - Artigo 6º - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, por maioria de votos dos acionistas, sempre observado o disposto no Contrato de Usufruto (conforme abaixo definido) ("Diretores" e "Diretoria"). Artigo 7º - O mandato da Diretoria será pelo prazo de 2 (dois) anos, facultada a reeleição de qualquer de seus membros, nos termos do art. 157 da Lei nº 6.404/76. Parágrafo Único: A Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/76. Artigo 8º - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral, bem como a prática de todos os atos necessários à administração da Companhia, ressalvados aqueles para os quais seja atribuída competência específica à Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis, as normas contidas neste Estatuto e em Acordo de Voto, inclusive, sem limitação, entre seus acionistas e outros terceiros, arquivado na sede da Companhia. Parágrafo Único: Incluem-se dentre as atribuições dos Diretores: (a) convocar Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, e atuar como Presidente da Mesa da Assembleia Geral; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais; (c) pagar e receber tudo quanto se refira à situação financeira da Companhia; (d) nomear, contratar e demitir empregados e todas as categorias, determinando suas atribuições, salários e participações; (e) participar efetivamente dos negócios sociais, inclusive dos assuntos de ordem contábil fiscal e legal; (f) organizar e supervisionar a estrutura comercial e administrativa da Companhia; (g) vender, arrendar ou alugar ativos da Companhia, móveis e imóveis, ceder ou prometer ceder direitos à aquisição dos mesmos, estipulando preços, prazos e condições, assinando todos os atos e instrumentos públicos ou particulares relacionados com essas transações; (h) comprar, vender, arrendar, alugar, bens móveis e imóveis, mercadorias, máquinas, veículos e demais bens e equipamentos necessários à execução dos objetivos sociais, bem como ceder e adquirir direitos a estes relativos; (i) receber dinheiro, emitir e endossar cheques, ordens de pagamento, abrir e movimentar contas bancárias em estabelecimentos públicos ou particulares, contrair empréstimos e financiamentos em estabelecimentos públicos, particulares e com terceiros, dar garantias necessárias às operações dessa natureza e inerentes ao desenvolvimento do objeto social, inclusive hipotecando, empenhando ou cedendo/alienando fiduciariamente bens sociais, aceitando, emitindo, endossando e sacando títulos a efeitos de crédito de todo e qualquer gênero e espécie; (j) hipotecar, empenhar, ceder/alienar fiduciariamente ou, por qualquer outra forma, onerar bens móveis, inclusive direitos, de titularidade da Companhia e imóveis integrantes de seu patrimônio social; (k) participar de Reuniões Prévias (conforme abaixo definido), nas hipóteses definidas no Contrato de Usufruto, e zelar pelo fiel e tempestivo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, para Colocação Privada, de Emissão da Impacto Bioenergia Alagoas S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures") e em cada um dos demais instrumentos jurídicos celebrados pela Companhia, como parte ou interveniente, no âmbito da Emissão (em conjunto com a Escritura de Emissão, os "Documentos da Operação"); e (l) praticar, enfim, quaisquer atos que não sejam vedados por lei e por este Estatuto. Artigo 9º - Observado o disposto neste Estatuto, a representação ativa e passiva da Companhia será exercida por quaisquer 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor e um procurador. Artigo 10 - Os Diretores poderão constituir procuradores, discriminando precisamente os seus poderes e o prazo do mandato. Em quaisquer medidas judiciais e/ou extrajudiciais propostas contra a Companhia, a Companhia será citada na figura de quaisquer 2 (dois) Diretores devidamente empossados na ocasião e/ou na pessoa de procurador regularmente constituído, nos termos do art. 242 do Código de Processo Civil Brasileiro de 2015, conforme alterado. Artigo 11 - Em caso de vaga, na Diretoria, na vigência do mandato estatutário, a Assembleia Geral elegerá novo diretor para completar o prazo do mandato. Artigo 12 - Os Diretores não prestarão caução, em garantia de sua gestão, ficando investidos nos cargos. Artigo 13 - Os Diretores terão sua remuneração fixada, anualmente, pela Assembleia Geral, de acordo o disposto no art. 167 da Lei nº 6.404/76. **Capítulo IV - Do Conselho Fiscal** - Artigo 14 - O Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, será composto de três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Artigo 15 - Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até à primeira Assembleia Geral ordinária realizada após a sua eleição, e poderão ser reeleitos. Artigo 16 - As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os conferidos por lei. Artigo 17 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela assembleia que os eleger, não podendo ser inferior, para cada um de seus membros em exercício, a um quinto da que, em média, for atribuída a cada diretor, excluída a participação nos lucros. **Capítulo V - Da Assembleia Geral** - Artigo 18 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o final do quarto mês subsequente ao término do exercício social, para os fins previstos na Lei nº 6.404/76. Serão realizadas Assembleias Gerais: (i) extraordinárias sempre que seja deliberada matéria de interesse da Companhia; e/ou (ii) para deliberar sobre qualquer Matéria Relevante (conforme abaixo definido) (sendo "i" denominada "Assembleia Geral Devedora"). A convocação da Assembleia Geral, ordinária e extraordinária, da Companhia, incluindo a da Assembleia Geral Devedora, deverá especificar a ordem do dia, data, hora e local da reunião. Artigo 19 - Serão eleitos pelos acionistas presentes o Presidente e o Secretário, para a composição da mesa que presidirá a Assembleia Geral, convocada pelo Presidente da Companhia, com o prazo mínimo de 5 (cinco) dias contados da data originalmente prevista para sua realização em primeira convocação. Parágrafo Primeiro: A Assembleia Geral Devedora deverá ser realizada pela Companhia no 22º (vigesimo segundo) dia contado do envio da Convocação Conjunta (conforme abaixo definido), e, em segunda convocação, no prazo de 5 (cinco) dias contado da data de publicação do segundo anúncio de convocação, o qual, caso aplicável, deverá ser publicado no Dia Útil imediatamente subsequente à data originalmente prevista para a realização, em primeira convocação, da Assembleia Geral Devedora em questão. Para fins deste instrumento, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. Parágrafo Segundo: Os Acionistas serão convocados para participar das Assembleias Gerais e/ou das Assembleias Gerais Devedora por telegrama, carta registrada enviada para os endereços dos acionistas arquivados na sede da Companhia, ou qualquer outro meio que permita inequivocamente a confirmação do envio e recebimento da convocação, sem prejuízo da observância das demais disposições legais aplicáveis. Parágrafo Terceiro: Caberá à Companhia, até o Dia Útil imediatamente subsequente ao recebimento de comunicação escrita encaminhada por qualquer acionista, usufrutuário de ações, pelo titular das Debêntures ("Debenturista") e/ou por qualquer Diretor, solicitando a convocação e realização de Assembleia Geral Devedora, convocar (a) uma Assembleia Geral Devedora e (b) reunião prévia, à qual os acionistas da Companhia com direito a voto na ocasião, o Debenturista e seus respectivos representantes deverão comparecer ("Reunião Prévia") para que o Debenturista, por meio de seu representante, entregue, na Reunião Prévia em questão, aos acionistas com direito de voto na ocasião, a direção do voto a ser proferida por tais acionistas na Assembleia Geral Devedora referida em (a) acima ("Convocação Conjunta" e "Instrução de Voto"). A Convocação Conjunta deverá conter uma descrição detalhada das Matérias Relevantes incluídas na ordem do dia da Assembleia Geral Devedora, da Reunião Prévia correspondente e cópia de todos os documentos necessários ao pleno entendimento das matérias pautadas. A convocação e a realização da Reunião Prévia e a definição da Instrução de Voto, a qual será aquela aprovada previamente à realização da Reunião Prévia em questão, deverão observar os termos e condições do Contrato de Usufruto. Parágrafo Quarto: Cada Reunião Prévia deverá necessariamente ser realizada previamente à Assembleia Geral Devedora a qual vier a ser deliberada a Matéria Relevante que deu causa à convocação da Reunião Prévia em questão. A presença da totalidade dos acionistas com direito a voto na ocasião, o Debenturista e/ou de seus respectivos representantes em qualquer Reunião Prévia, não impedirá a realização da Assembleia Geral Devedora. Parágrafo Quinto: As Assembleias Gerais, as Assembleias Gerais Devedora e as Reuniões Prévias poderão ser realizadas de modo presencial ou presencial, quando será facultado aos acionistas e, conforme o caso, ao Debenturista, participarem, votarem e apresentarem a Instrução de Voto por meio de sistemas eletrônicos, sem prejuízo de eventual boletim de voto a distância como meio para exercício de voto, nos termos da legislação aplicável na ocasião. Parágrafo Sexto: São consideradas como relevantes quaisquer das seguintes matérias

("Matéria Relevante"): a) requerimento para solicitar insolvência civil, dissolução, liquidação, recuperação judicial, extrajudicial, autofalência ou evento equivalente da Companhia; b) exclusivamente na hipótese de ocorrência de um evento de vencimento antecipado das Debêntures, não sanado nos prazos estabelecidos na Escritura de Emissão, caso aplicável, a eleição e/ou destituição, pelo Agente Fiduciário, de qualquer/quaisquer Diretor(es), para fins de eleição/destituição de novo(s) Diretor(es), com exceção do Diretor Emílio Mario Fabri Rietmann, o qual não poderá ser destituído; (c) celebração e/ou realização, pela Companhia, de qualquer ato ou negócio que, considerada pro-forma sua implementação, resulte ou razoavelmente possa resultar, inclusive em decorrência da passagem do tempo, no descumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Companhia e/ou por quaisquer de seus garantidores em quaisquer dos Documentos da Operação, incluindo, sem limitação, os índices financeiros definidos na Escritura de Emissão; (d) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia; (e) redução do capital social da Companhia com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, levando em consideração o capital social da Companhia na data de celebração da Escritura de Emissão, e/ou, com exceção do pagamento/devolução do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) realizado pela SINNEN PARTICIPAÇÕES EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.035.693/0001-28 no valor de até R\$2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais), o pagamento/devolução, total ou parcial, de qualquer adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) da Companhia; (f) distribuição e/ou pagamento pela Companhia de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e/ou os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; ou (g) alteração aos seguintes itens do Estatuto Social: (i) se resultar em modificação do controle acionário da Devedora, artigo 5º, (ii) artigo 6º, (iii) artigos 8º a 10, incluindo seus parágrafos, (iv) artigos 18 a 20, incluindo seus parágrafos, e (v) artigos 26 a 28, incluindo seus parágrafos; (vii) inserção de Capítulo VIII ao Estatuto Social estabelecendo, *inter alia*, que (i) a Companhia e seus administradores deverão observar os termos e condições do Contrato de Usufruto, inclusive quanto à solicitação de convocação de "Assembleia Geral Devedora" e, se cabível, quanto à eleição ou destituição dos diretores da Companhia, (2) é expressamente vedada a admissão de voto em sede de "Assembleia Geral" e/ou operação nas ações de emissão da Companhia em desacordo com os termos do Contrato de Usufruto, (3) a regulamentação dos casos não abordados expressamente no Estatuto Social se dará de modo específico, (4) qualquer conflito ou controvérsia entre os acionistas da Companhia, decorrente do Estatuto Social ou a ele relacionado, incluindo, mas não se limitando, aos conflitos ou controvérsias relativos à (A) interpretação de quaisquer dos termos do Estatuto Social e/ou (B) execução das obrigações estabelecidas no Estatuto e/ou (C) violação de qualquer dos termos e condições ora estabelecidos, deve ser submetido ao foro da Comarca de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas, que será competente para conhecer e julgar tais conflitos ou controvérsias. (5) os prazos assinalados na Escritura de Emissão se darão de modo específico, (6) qualquer conflito ou controvérsia entre os acionistas da Companhia, decorrente do Estatuto Social ou a ele relacionado, incluindo, mas não se limitando, aos conflitos ou controvérsias relativos à (A) interpretação de quaisquer dos termos do Estatuto Social e/ou (B) execução das obrigações estabelecidas no Estatuto e/ou (C) violação de qualquer dos termos e condições ora estabelecidos, deve ser submetido ao foro da Comarca de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas, que será competente para conhecer e julgar tais conflitos ou controvérsias. (7) os prazos assinalados na Escritura de Emissão se darão de modo específico, (8) qualquer conflito ou controvérsia entre os acionistas da Companhia, decorrente do Estatuto Social ou a ele relacionado, incluindo, mas não se limitando, aos conflitos ou controvérsias relativos à (A) interpretação de quaisquer dos termos do Estatuto Social e/ou (B) execução das obrigações estabelecidas no Estatuto e/ou (C) violação de qualquer dos termos e condições ora estabelecidos, deve ser submetido ao foro da Comarca de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas, que será competente para conhecer e julgar tais conflitos ou controvérsias. Artigo 28 - As publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76 e/ou qualquer outra legislação aplicável deverão ser feitas no "Diário Oficial do Estado de Alagoas" e no "Jornal Gazeta de Alagoas". (d) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos em nome da Companhia necessários à formalização da Emissão acima deliberada, inclusive, mas não somente: (i) celebrar a Escritura de Emissão e os demais Documentos da Operação, sem prejuízo de outros cuja celebração venha a ser necessária para a consecução da Emissão e da operação estruturada, inclusive, na qualidade de interveniente anuente, o Contrato de Usufruto e o Contrato de Distribuição; (ii) aditar e/ou alterar quaisquer dos documentos e/ou quaisquer demais documentos que vierem a ser celebrados no âmbito da Emissão se necessários, independentemente de realização de assembleia geral, observados os ditames da Escritura de Emissão, inclusive, até a liquidação integral das Debêntures, após a sua celebração; (iii) negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, inclusive das, contratação de prestadores de serviços, incluindo, sem limitação, serviços de assessoria jurídica e financeira, seguros e/ou controladoria financeira, inclusive, até a liquidação integral das Debêntures, após a sua celebração; (iv) praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui substanciadas, definir e aprovar o teor dos Documentos da Operação e assinar os documentos necessários à efetivação da Emissão, inclusive, dentre outros, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante quaisquer órgãos ou autarquias perante os quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação da Emissão; e (v) ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima; (e) aprovar alterações formais no Estatuto Social de modo a ajustar seus termos e expressões à natureza societária da Companhia, qual seja a sociedade anônima fechada, e, em razão das deliberações tomadas neste item e no item "C" acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social, qual que integra a presente ata como "Anexo I"; e (f) aprovar e ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Emissão. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e solicitou a mim secretário que lavrasse esta ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes no Livro próprio. Certifico e dou fé que esta é cópia fiel da Ata lavrada no Livro próprio. Teotônio Vilela, Alagoas, 07 de fevereiro de 2022. Emílio Mario Fabri Rietmann - **Presidente da Mesa;** Danilo Tadeu Trevisan - **Secretário;** Impacto Bioenergia Participações Ltda. - **Acionistas.** JUCEAL - Certifico o Registro em 11/02/2022 sob o nº 20220076251. Protocolo 220076251 de 09/02/2022. Edvaldo Maiorano de Lima - Secretário-Geral. Anexo I - Estatuto Social da Impacto Bioenergia Alagoas S.A. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo - Artigo 1º - A Companhia tem a denominação de Impacto Bioenergia Alagoas S.A., sociedade anônima fechada, que se regerá pelo presente Estatuto, pela Lei nº 6.404/76 e demais normas legais aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem sua sede na Cidade de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas, Fazenda São Mateus, s/nº, Zona Rural, CEP 57.265-000, podendo estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional. Parágrafo Único: A Companhia tem sua filial na Cidade de Maceió, Estado de Alagoas, na Av. da Paz, 1864, Sala 703, Centro, CEP 57.020-440. Artigo 3º - A Companhia tem como objeto social: (a) produção, suprimento e comercialização de energia elétrica, por meio de implementação de usinas hidrelétricas, eólicas, solares, combustíveis renováveis; (b) Cultivo de cana-de-açúcar e outras variedades; (c) Produção e comercialização de bagaço de cana de açúcar; (d) Fabricação e comercialização de açúcar, etanol e derivados de cana-de-açúcar; e (e) Prestar serviços de intermediação de qualquer natureza, em especial para compra e venda de cana-de-açúcar e de etanol; (f) Prestar serviços de assessoria e consultoria em gestão empresarial; (g) Participar de outras sociedades, direta ou indiretamente; e (h) Produção e comercialização de biogás e biometano. Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações** - Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 16.594.000,00 (dezesseis milhões, quinhentos e noventa e quatro mil reais), dividido em 16.594.000 (dezesseis milhões, quinhentas e noventa e quatro mil) ações, sendo 13.594.000 (treze milhões, quinhentas e noventa e quatro mil) ações ordinárias e 3.000.000 (três milhões) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas, estando o valor de R\$ 13.894.000,00 (treze milhões, oitocentos e noventa e quatro mil reais) integralizado e o saldo de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) a ser integralizado até o dia 30 de dezembro de 2022 em moda corrente nacional, bens, créditos ou direitos do subscritor. Parágrafo Primeiro: As ações ordinárias são dotadas das seguintes características: (a) são nominativas e sem valor nominal; (b) têm direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas; (c) não têm prioridade na distribuição de dividendos, havendo lucros distribuíveis. Parágrafo Segundo: As ações preferenciais são dotadas das seguintes características: (a) são nominativas e sem valor nominal; (b) não têm direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral; (c) prioridade no recebimento de dividendos máximos, de valor equivalente à taxa de 2,5 % (dois e meio por cento) ao mês sobre o valor de emissão das ações; (d) direito a resgate das ações, pelo valor equivalente ao da sua emissão, a ser deliberado pela Companhia, no período máximo de 8 meses, contados da data da sua emissão, sem prejuízo da distribuição dos dividendos; e (e) prioridade em caso de reembolso de capital. Parágrafo Terceiro: As ações preferenciais poderão ser convertidas, a qualquer tempo, em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial. Parágrafo Quarto: Os acionistas estão autorizados a conceder avais e prestar outras garantias, inclusive caução de suas ações de emissão da Companhia, a contratos celebrados e operações de crédito realizadas pela Companhia, com a finalidade de desenvolver o seu objeto social. **Capítulo III - Da Diretoria e suas Atribuições** - Artigo 6º - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, por maioria de votos dos acionistas, sempre observado o disposto no Contrato de Usufruto (conforme abaixo definido) ("Diretores" e "Diretoria"). Artigo 7º - O mandato da Diretoria será pelo prazo de 2 (dois) anos, facultada a reeleição de qualquer de seus membros, nos termos do art. 157 da Lei nº 6.404/76. Parágrafo Único: A Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/76. Artigo 8º - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral, bem como a prática de todos os atos necessários à administração da Companhia, ressalvados aqueles para os quais seja atribuída competência específica à Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis, as normas contidas neste Estatuto e em Acordo de Voto, inclusive, sem limitação, entre seus acionistas e outros terceiros, arquivado na sede da Companhia. Parágrafo Único: Incluem-se dentre as atribuições dos Diretores: (a) convocar Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, e atuar como Presidente da Mesa da Assembleia